



Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Governo Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 371/2019

PROTOCOLO SIC nº

SECRETARIA: Procuradoria Geral do Estado

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por

EMENTA: Informações sobre segurança do trabalho em unidades da Procuradoria nas secretarias e entidades do Estado de São Paulo. Inexistência da informação centralizada. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 371/2019

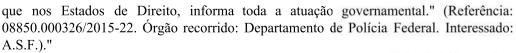
- 1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Procuradoria Geral do Estado, de número SIC em epígrafe, para ter acesso a informações sobre segurança do trabalho em unidades da Procuradoria nas secretarias e entidades do Estado de São Paulo.
- 2. Em resposta, o ente informou que a solicitação foi objeto de outra demanda SIC. Em recurso, o ente informou que não possuía esta informação e que esta seria de responsabilidade de cada secretaria, de acordo com os §§ 1º e 2º do artigo 44 da LOPGE. Inconformado, o solicitante apresentou recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
- 3. No caso em apreço, constata-se que a demanda inicial foi adequadamente atendida, nos termos da Lei de Acesso à Informação, não havendo configuração de negativa de acesso à informação por parte da demandada ao indicar que não possuía as informações e onde estas se encontram, nos moldes do art. 11, §1°, III da Lei nº 12.527/2011.
- 4. Oportuno lembrar que a afirmação do órgão público, sobre não existir a informação no formato solicitado, está revestida de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento desta Ouvidoria Geral, também adotado em âmbito federal pela Controladoria Geral da União: "A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração,

Classif. documental 006.03.02.001

SGDES201906148A

Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Governo Ouvidoria Geral do Estado



- 5. À vista do exposto, tendo o ente atendido adequadamente ao pedido de informações, conheço do recurso e, no mérito, nego seu provimento, com fundamento no artigo 11, caput, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
- 6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 22 de novembro de 2019.

Vera Wolff Bava Ouvidora Geral do Estado Ouvidoria Geral do Estado